

ATENÇÃO LICITANTES: DICAS IMPORTANTES

Leia e releia o Edital 11/2026 e seus anexos

É importantíssimo que para participar de uma licitação você se certifique de tudo que está contido no Edital. Desde a data de abertura e do julgamento, passando pelo objeto da licitação, a documentação solicitada para habilitação, até os prazos e formas para questionamentos, recursos e outros aspectos.

Ao obter o Edital, o primeiro passo será preparar a documentação, alguns documentos levam dias para serem processados e/ou liberados.

Formule sua proposta com cuidado. Faça sua proposta utilizando o modelo constante do Edital, analisando corretamente o que foi solicitado. **É fundamental ter atenção a todos os itens do Edital, inclusive o Termo de Referência, Modelo de Declaração unificada, Modelo de proposta e Minuta de contrato.**

Fique atento aos procedimentos necessários para **credenciamento e utilização do aplicativo “licitações”, do Portal Eletrônico: www.bll.org.br**, conforme convênio de cooperação técnica.

As propostas serão enviadas por meio eletrônico através de data estipulada neste edital e site da Bolsa de Licitações e Leilão do Brasil.

Caso não esteja seguro sobre qualquer item do Edital, recomenda-se que peça orientação ao seu contador ou a algum profissional de sua empresa para que revise a proposta e documentação antes de participar da licitação.

É imprescindível o cumprimento dos prazos da Licitação.

A documentação de habilitação deverá ser encaminhada assim que se encerra a fase de lances.

Atenciosamente,

Serviço de Suprimentos e Logística



AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

EDITAL Nº 11/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026	Data de Abertura: 16/06/2026 às 09:30, no site www.bll.org.br
------------------------------	---

Objeto			
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA – EPI/EPC PARA O PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.			
Tipo da licitação		Modo de disputa	
Menor preço por lote		Aberto	
Valor estimado da contratação			
Conforme item 3.3 do Edital			
Registro de Preços	Visita Técnica	Amostra	Instrumento Vinculativo
SIM	NÃO	SIM	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Licitação Exclusiva ME/EPP	Reserva de Cota ME/EPP
SIM	SIM

Pedidos de Esclarecimentos e de Impugnações
Até 11/06/2026

Endereço da Sede do Daep	E-mail para comunicação	Telefone
Av. Adelino Peters, 217 Vila São Vicente – Penápolis-SP CEP 16.303-194.	licitacao@daep.com.br	(18) 3654-6127



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026

Processo SEI nº 3537305.402.00017973/2026-26 – Edital nº 11/2026

PREÂMBULO

O Daep – Autarquia Municipal de Saneamento Ambiental, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, por intermédio de seu Presidente ao final subscrito, torna público que realizará a licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de menor preço por lote, objetivando o **Registro de Preço** para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA – EPI/EPC PARA O PERÍODO DE 12 MESES, conforme descrito no Termo de Referência deste Edital.**

Este certame utiliza-se do aplicativo “licitações”, do Portal Eletrônico: www.bll.org.br, conforme convênio de cooperação técnica.

As propostas serão enviadas por meio eletrônico através de data estipulada neste edital e site da Bolsa de Licitações e Leilão do Brasil.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

Das 14h30 do dia 29/05/2026 até às 08h30 do dia 16/06/2026.

TÉRMINO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 16/06/2026 às 08h30.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 16/06/2026 às 09h00.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 16/06/2026 às 09h30.

Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Local de acesso: www.bll.org.br – “acesso identificado”



Observação: Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato ou fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do PREGOEIRO em sentido contrário.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES:

Informações por correspondência deverão ser endereçadas ao Setor de Compras e Licitações do DAEP, sito na Av. Adelino Peters, 217 – Vila São Vicente – Penápolis-SP, fone: 18-3654-6127, e-mail: licitacao@daep.com.br

Informações quanto ao cadastramento para participação do certame diretamente através do site da Bolsa de licitações e leilões do Brasil, www.bll.org.br ou pelo telefone (41) 3097-4600 / 3097-4603 ou (41) 99264-7677 / 99203-9595 ou pelo e-mail contato@bll.org.br

1. EMBASAMENTO LEGAL

1.1. O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da [Lei nº 14.133 de 1º/04/2021](#), Leis Complementares nº 123 de 14/12/2006, nº 147 de 07/08/2014 e Decreto Municipal nº 7.845 de 25/03/2024, https://www.penapolis.sp.gov.br/publicos/7845-24_26012118.pdf com suas alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

2. OBJETO

2.1. O presente pregão tem por objeto o **registro de preços** através das propostas mais vantajosas para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA – EPI/EPC PARA O PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.**

2.2. Deverão ser observadas as especificações e condições de fornecimento constantes do Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste edital.

2.3 A adoção do sistema de **REGISTRO DE PREÇOS** justifica-se pela forma de aquisição dos Materiais, que terá estimativa de entregas parceladas e não previsíveis, pois serão contratados paulatinamente, conforme as necessidades do DAEP e respectivas disponibilidades orçamentárias.



2.4 A opção pelo parcelamento do objeto em lotes fundamenta-se no Art. 40, inciso V, alínea "b" da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a previsão do parcelamento do objeto sempre que for técnica e economicamente viável, visando o amplo aproveitamento das peculiaridades do mercado e a ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.

2.5 Premissas da Estruturação dos Lotes:

- A divisão da presente aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) foi planejada sob dois pilares fundamentais:

2.5.1 Equilíbrio econômico-financeiro: Buscou-se o agrupamento de itens de modo que os lotes apresentem valores globais aproximados. Essa equalização evita a criação de "superlotes" que poderiam restringir a participação de micro e pequenas empresas (MPEs), ao mesmo tempo em que evita lotes excessivamente pequenos que poderiam gerar desinteresse comercial devido aos custos logísticos.

2.5.2 Vantagens Esperadas:

- a) Ampliação da competitividade: Ao não exigir que uma única empresa detenha todo o portfólio de EPIs (que é vasto e variado), permite-se que um maior número de licitantes apresente propostas, forçando a redução dos preços finais.
- b) Mitigação de Riscos: O parcelamento reduz a dependência da Administração de um único fornecedor. Em caso de inadimplência em um lote, o fornecimento dos demais itens não é comprometido.
- c) Padronização e Qualidade: O agrupamento por afinidade técnica facilita a conferência das amostras e a verificação do cumprimento das Normas Regulamentadoras (NRs) específicas de cada categoria de proteção.

3. DOS PREÇOS REFERENCIAIS

3.1 Em atendimento ao ACORDÃO do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Processo Eletrônico e-TCESP nº 9568.989.21 e ao artigo 48 inciso III da Lei Complementar 147/2014, o objeto será dividido em cotas/itens.

3.2 O parcelamento proposto não configura fracionamento indevido, mas sim uma estratégia de gestão que concilia a viabilidade técnica com o objetivo de obter a proposta mais vantajosa, respeitando a capacidade operacional do mercado fornecedor de EPIs.

3.3 O valor máximo a ser pago será conforme os lotes abaixo:



AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

LOTE 01 – ITENS 01 A 04					
Item	Unidade	Quantidade	Descrição	Valor estimado unitário R\$	Valor estimado total R\$
01	PAR	10	CALÇADO DE SEGURANÇA-TIPO BOTINA- C/BIQUEIRA	96,18	961,80
02	PAR	40	CALÇADO DE SEGURANÇA - TIPO TENIS	136,71	5.468,40
03	PAR	60	CALÇADO DE SEGURANÇA - TIPO BOTINA - C/ ATACADOR	94,84	5.690,40
04	PAR	100	CALÇADO DE SEGURANÇA-TIPO BOTINA-S/ BIQUEIRA AÇO	59,98	5.998,00
Valor global do lote					18.118,60

LOTE 02 – ITENS 05 A 14					
Item	Unidade	Quantidade	Descrição	Valor estimado unitário R\$	Valor estimado total R\$
05	UN	05	CAPACETE DE SEGURANÇA PARA TRABALHO EM ALTURA	32,94	164,70
06	PÇ	30	CHAPEU DE PALHA	24,43	732,90
07	UN	10	CINTA ERGONOMICA COM SUSPENSÓRIO	41,88	418,80
08	UN	40	CONE DE SEGURANÇA (PARA SINALIZAÇÃO) COM NBR	90,23	3.609,20
09	PR	10	BOTA DE SEGURANÇA - CANO LONGO - EM PVC - BRANCA	48,06	480,60
10	PR	20	BOTA DE SEGURANÇA - CANO LONGO - EM PVC - PRETA	47,26	945,20
11	PÇ	20	AVENTAL IMPERMEAVEL	20,23	404,60
12	RL	50	FITA ZEBRADA - LARANJA E BRANCA	13,61	680,50
13	PR	20	JOELHEIRA DE PROTEÇÃO	112,91	2.258,20
14	PR	200	LUVA DE PVC CANO LONGO	17,61	3.522,00
Valor global do lote					13.216,70



AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

LOTE 03 – ITENS 15 A 18					
Item	Unidade	Quantidade	Descrição	Valor estimado unitário R\$	Valor estimado total R\$
15	PÇ	40	AVENTAL DE RASPA	41,75	1.670,00
16	PR	100	LUVA EM VAQUETA - TIPO PETROLEIRO	13,62	1.362,00
17	PR	50	LUVA EM VAQUETA COM PUNHO EM RASPA P/ SERRALHEIRO	15,96	798,00
18	PR	1500	LUVA TRICOTADA COM BANHO NITRILICO	10,13	15.195,00
Valor global do lote					19.025,00

LOTE 04 – ITENS 19 A 31					
Item	Unidade	Quantidade	Descrição	Valor estimado unitário R\$	Valor estimado total R\$
19	PR	03	BOTA DE SEGURANÇA - EM PVC-BRANCA	75,00	225,00
20	FR	100	CREME BLOQUEADOR SOLAR FPS 58/60 - FRASCO DE 120ML	13,80	1.380,00
21	UN	50	BONE DE SEGURANÇA TIPO TOUCA ARABE	12,91	645,50
22	PC	20	MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL PCT - 50 UNIDADES	7,47	149,40
23	PR	100	CANELEIRA CORTE DE CANA	29,15	2.915,00
24	UN	15	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA 15dB	19,16	287,40
25	UN	15	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA 23dB	67,67	1.015,05
26	UN	30	PROTETOR FACIAL EM ACRÍLICO	32,16	964,80
27	UN	1500	REPOSITOR HIDROELETROLÍTICO	1,05	1.575,00
28	UN	15	RESPIRADOR REUTILIZÁVEL SEMI FACIAL	56,98	854,70
29	CX	05	TOUCA DESCARTAVEL	22,04	110,20
30	UN	05	CONJUNTO DE BATA E CALÇA COM BOTA ACOPLADA	58,91	294,55
31	PÇ	30	VESTIMENTA DE SEGURANÇA-TIPO CONJUNTO - HERBICIDA	96,87	2.906,10



AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Valor global do lote					13.322,70
LOTE 05 – ITENS 32 A 35					
Item	Unidade	Quantidade	Descrição	Valor estimado unitário R\$	Valor estimado total R\$
32	PR	30	LUVA TRICOTADA COM POLIURETANO	3,86	115,80
33	PR	100	LUVA DE SEGURANÇA CONTRA AGENTES CORTANTES E PERFURANTES	59,67	5.957,00
34	CX	100	LUVA DE PROCEDIMENTO	25,71	2.571,00
35	PR	2000	LUVA DE MALHA COM PALMA PIGMENTADA	5,07	10.140,00
Valor global do lote					18.783,80

Valor global deste pregão: R\$82.466,80.

4. LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1 O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento do pedido de fornecimento

4.1.1 Os produtos deverão ser entregues no endereço Avenida Adelino Peters, 217 – Penápolis/SP, em datas e horários pré-estabelecidos.

4.1.2 Durante a operação de transporte deve-se cuidar para que o material não sofra danos nem perdas.

4.1.3 Caberá a empresa contratada, obedecer às normas vigentes para o transporte, com veículo em boas condições e devidamente sinalizado, motorista e, se necessário, ajudante, com treinamentos em caso de acidentes, fornecer todo material de segurança para transporte do referido produto e EPI's para os trabalhadores envolvidos, o qual será fiscalizado pelo serviço de Segurança e Medicina desta autarquia, caso pertinente ao objeto.

4.1.4. Caberá a empresa contratada a responsabilidade quanto as demais cargas, ao veículo ou ao pessoal, no caso de produto provocar danos ao mesmo ou a terceiros;

4.1.5 A responsabilidade da entrega, incluindo o descarregamento dos produtos, será exclusivamente da contratada;

4.1.6. Fica o contratado ciente que durante a vigência do contrato o mesmo passará



por avaliação de fornecedor, contendo os seguintes quesitos: prazo de entrega, qualidade do produto oferecido e os laudos que acompanham a nota fiscal eletrônica.

4.1.7. Remissão ao Termo de Referência – Apresentação das amostras e documentação específica:

- a) Os equipamentos vencedores serão analisados por uma Comissão Técnica, formada pela equipe do SESMT – Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho – e servidores do Daep, usuários dos equipamentos;
- b) Os equipamentos vencedores que corresponderem fielmente às marcas e modelos de referência indicados no material descritivo estarão dispensados do envio de catálogo ou amostra física;
- c) Os equipamentos vencedores que não se enquadrarem na regra do subitem anterior deverão, obrigatoriamente, ser apresentados através de catálogo;
- d) Caso não seja possível averiguar as características, qualidade, especificações ou compatibilidade do item licitado através do catálogo anexado a proposta, a licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo de até 03 (três) dias úteis após a solicitação do (a) pregoeiro (a), amostras, devidamente identificadas (número do item e o nome da empresa proponente), as quais serão analisadas pela Comissão Julgadora, que poderá se necessário for, solicitar auxílio de um usuário do item, a fim de avaliar a qualidade dos produtos ofertados, que serão comparados com as características inscritas no Edital.
- e) As amostras de EPI – Equipamento de Proteção Individual - apresentadas deverão conter as especificações técnicas do produto comprovadas através do C.A. – Certificado de Aprovação da Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT.
- f) Quando se tratar de equipamento desobrigado legalmente da apresentação de C.A. tais informações deverão constar no rótulo ou manual do produto ou deverá ser apresentada a caixa ou embalagem do mesmo, de forma que a Comissão Técnica possa avaliar se realmente atende ao solicitado quanto às especificações. As amostras que não atenderem o solicitado serão desclassificadas, não podendo a empresa proponente participar com sua proposta, daquele item.
- g) As amostras dos materiais ofertados serão analisadas pela Comissão Técnica, tendo por finalidade avaliar a qualidade dos materiais ofertados que serão

comparados com as características inscritas no Edital e o padrão de qualidade visualmente detectados, podendo ser recusados os produtos cuja qualidade seja reconhecidamente inferior, mediante parecer fundamentado, ainda que esta venha ser detectada com a utilização do produto, posteriormente a assinatura do contrato.

- h) Todas as despesas com envio e retirada das amostras ficarão a cargo único e exclusivo dos licitantes vencedores.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR

5.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

5.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

5.3. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600 / 3097-4603 / (41) 99264-7677 / (41) 99203-9595, ou através da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

5.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, conforme artigo 14 da legislação vigente;
- b) que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- c) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021;
- e) os interessados que estejam em regime de falência, recuperação judicial e extrajudicial, dissolução, liquidação ou concurso de credores (em caso de recuperação judicial poderão participar desde que durante a fase de habilitação apresente o plano de atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital - súmula n.º 50 do TCE/SP);



- f) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU- Plenário).

5.4.1 A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do Art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6. CREDENCIAMENTO E REPRESENTAÇÃO

6.1 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear, através de procuração, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site www.bll.org.br.

6.2 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.3 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

6.4 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

- a) É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- b) O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- c) A participação no Pregão na forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limites estabelecidos.



- d) Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
- e) O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- f) Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097- 4600, ou através da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome e assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;



- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar, homologar e autorizar a contratação;
- l) propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

8.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

8.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, através do e-mail licitacao@daep.com.br.

8.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

8.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

8.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

8.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

8.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

8.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente



com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado, marca/modelo, o preço e catálogo, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.1.1 No cadastramento das propostas deverá que se tomar o cuidado de sob nenhuma hipótese ocorrer a identificação do licitante. Caso o licitante seja o fabricante do produto ofertado ou nos casos de prestação de serviços, identificar a marca/modelo como “marca própria ou própria.” Correndo o risco de desclassificação caso seja possível a sua identificação.

9.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.3 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração de ME/EPP para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate art. 44 e 45 da LC 147/2014.

9.4 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.4.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do PREGOEIRO, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de



negociação e julgamento da proposta.

9.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Valor unitário e global do item.

10.1.2. Descrição detalhada do objeto;

10.1.3. Marca dos produtos;

10.1.4. Garantia, prazo e forma de garantia do produto;

10.1.5. CATÁLOGO.

10.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou qualquer título.

10.4. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do Edital e seus anexos.

10.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.7. Os licitantes deverão respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

11. REFERÊNCIA DE TEMPO

11.1 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.



12. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

12.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

12.2 O Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

12.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

12.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

12.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

12.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

12.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

12.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item e seu valor global, perfazendo, assim, o valor global do lote.

12.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

12.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

12.8 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o pregão e objeto licitado, quando o Pregoeiro definir uma margem de lance para o item.

12.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

12.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



12.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

12.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

12.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, como sendo o menor preço unitário por item.

12.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

12.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

12.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

12.18 O Critério de julgamento adotado será o menor preço por item para a Lista I e menor preço por lote para as listas II e III, conforme definido neste Edital e seus anexos.

12.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nas artes. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

12.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que



se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

12.22 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

12.23 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

12.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.25 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

12.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

12.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

12.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

12.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.28.2 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



12.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

13.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

13.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

13.6 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.

13.6.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do objeto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos,



folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.7 O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

13.7.1 Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

13.8 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lancesubsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.9 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data para a sua continuidade.

13.10 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

13.10.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

13.11 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.12 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro (a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

13.13 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro (a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de



sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>);
- Consulta de Apenados de Impedimento de Contrato/Licitação no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP (www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados);
- Consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://www.portaldatransparencia.gov.br>).

14.1.1 Havendo necessidade de informações complementares, fica facultada aos pregoeiros a consulta ao Sicaf.

14.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.1.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.3.1 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.4 No caso de inabilitação haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.5 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas,

sob pena de inabilitação.

14.5.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.5.2 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.5.3 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.5.4 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.6 Ressalvado o disposto no item 9.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

14.7 DOCUMENTAÇÃO

14.7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) No caso de Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio (www.portaldoempreendedor.gov.br);
- c) No caso de Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



- f) No caso de Cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei Federal nº 5.764/71;
- g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- h) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.7.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, de acordo com o inciso I do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal e/ou Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, de acordo com o inciso II do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, de acordo com o inciso III do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- d) OBSERVAÇÃO: caso a empresa não tenha, ou seja, isento da inscrição estadual, apresentar declaração firmada pelo responsável legal da empresa.
- e) Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, de acordo com o inciso IV do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o inciso V do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021

** De acordo com a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751, de 02/10/2014, será também válida e aceita a certidão única relativa aos créditos tributários federais.

14.7.2.1 Caso o licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente que demonstre tal isenção.

14.7.3 Qualificação Econômico-Financeira

a.1) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo cartório distribuidor da



comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, 30 (trinta) dias da data prevista para a abertura do certame, de acordo com o inciso II do art. 69º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

No caso de empresas que estejam em recuperação judicial e extrajudicial, as mesmas deverão apresentar:

a.2) Documentos que demonstrem seu Plano de Recuperação, já homologado pelo Juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeiras estabelecidos no Edital.

Obs: Tal certidão é indispensável estar dentro do prazo a todos os licitantes, mesmo ME ou EPP.

14.7.4-QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/OPERACIONAL:

a) Apresentação de atestado ou certidão expedido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que já forneceu material compatível com o objeto desta licitação.

14.7.5 OUTROS DOCUMENTOS

a) Declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa. A declaração solicitada deverá vir acompanhada de documento comprobatório por órgão competente demonstrando que a empresa se enquadra como ME ou EPP, sendo aceito a Certidão Simplificada ou a Declaração de enquadramento;

b) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei Estadual nº 10.218, de 12 de fevereiro de 1.999;

c) Declaração de Emprego de mão de obra;

d) Declaração de aceitação plena e total das condições deste Edital;

e) Declaração de que a empresa atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, conforme legislação vigente pertinente ao seu ramo de atividade;

f) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156



da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos;

g) Declaração de comprometimento de entrega;

Obs: As declarações acima mencionadas poderão constar em uma Declaração Unificada, conforme modelo no Anexo II.

14.7.5.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas Certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

15.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá conter:

- 1) Razão social, endereço, CNPJ e inscrição estadual ou municipal da proponente;
- 2) Número deste Pregão;
- 3) Prazo de entrega: conforme Termo de Referência;
- 4) Condições de pagamento: Em 05 (cinco) dias úteis após o recebimento do material e apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, mediante depósito bancário, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5) Citar na Proposta dados bancários para depósito;
- 6) A licitante deverá informar dados pessoais (nome, cargo, RG e CPF), e-mail pessoal e institucional do responsável;
- 7) A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data do certame, salvo se da mesma constar prazo superior, quando então prevalecerá este prazo.

15.2 A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

15.3 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do objeto e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

15.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.



15.5 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, Inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

15.5.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

15.6 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

15.7 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

15.8. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS:

15.8.1 A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo, de até 3 (três) dias, após a solicitação do pregoeiro, as amostras devidamente identificadas (número do item e o nome da empresa proponente), as quais serão analisadas pelo responsável pelo setor, que poderá se necessário for, solicitar auxílio de uma pessoa da comissão de licitações, a fim de avaliar a qualidade dos produtos ofertados, que serão comparados com as características inscritas no Edital.

15.8.2 A solicitação das amostras é necessária uma vez que o produto é utilizado para controle na qualidade da água a ser distribuída a população, que deve seguir os parâmetros exigidos pela Portaria do ministério da Saúde nº 888/2021.

15.8.3 As amostras que não atenderem o solicitado serão desclassificadas, e será analisada a amostra do segundo colocado e assim sucessivamente até a obtenção de uma que atenda ao solicitado no edital, inclusive com relação ao valor proposto.

15.8.4 Sendo a amostra desclassificada, o licitante será informado e caso discorde da desclassificação, terá o prazo legal para se manifestar a respeito, para que sejam analisados e emitido parecer favorável ou não ao licitante.

15.8.5 A adjudicação do Processo licitatório só se dará ao final do cumprimento de todas as fases de recebimento, análise, classificação ou reprovação de amostras e classificação ou desclassificação de propostas e, ainda, ao fim dos prazos legais para recurso e contestação.



15.8.6 As amostras são analisadas, tendo por finalidade avaliar a qualidade dos produtos ofertados, que serão comparados com as características inscritas no Edital e o padrão de qualidade visualmente detectados, podendo ser recusado os produtos cuja qualidade seja reconhecidamente inferior, mediante parecer fundamentado, ainda que, esta venha ser detectada com a utilização do produto, posteriormente a assinatura do contrato.

15.8.7 Todas as despesas com envio e retirada das amostras ficarão a cargo único e exclusivo dos licitantes vencedores.

16. DOS RECURSOS

16.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

16.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

16.3 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

16.4 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

16.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

17.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

17.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

17.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

17.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

17.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1 Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 A Ata de Registro de Preços será firmada entre o DAEP, através do órgão competente, e o vencedor da licitação, na qual consignarão os direitos e obrigações das partes, conforme minuta presente neste instrumento.

19.2 A empresa vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a homologação.

19.3 A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar a ata, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

19.4 O quantitativo total expresso no neste Edital é estimado e representa a previsão da área requisitante, pelo prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

19.5 O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados no site oficial do DAEP e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.



19.6 O fornecedor terá seu Registro cancelado quando:

19.6.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

19.6.2 Não assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

19.6.3 Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese de se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

19.6.4 Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.7 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, será formalizado por despacho fundamentado.

19.8 O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

19.8.1 Por razão de interesse público; ou

19.8.2 A pedido do fornecedor, conforme previsto no Decreto nº 7.892/2013, ou outro que o substitua.

19.9 A existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

19.10 A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo Órgão Gerenciador do registro de preços, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no Art. 95, da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.11 Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados nas seguintes situações:

I - Pelo índice acumulado da variação do INPC/IBGE do período ou outro índice que vier a substituí-lo, após 01 (um) ano da data-base fixada na Ata de Registro de Preços, no caso de prorrogação da ATA.

II - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da



ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

III - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

19.12 A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os fornecedores registrados para estabelecer o novo valor.

19.12.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

19.13 O pedido de revisão de preços será processado e julgado pelo Órgão Gerenciador.

20. OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA BENEFICIÁRIA

20.1 Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

20.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

20.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

20.1.3 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao DAEP ou a terceiros em razão da execução da Ata de Registro de Preços;

20.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da Ata de Registro de Preços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

20.1.5 Comunicar ao Órgão Gerenciador, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

20.1.6 Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em



compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

21. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

21.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

21.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

21.3 Comunicar à Fornecedora Beneficiária, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

21.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Fornecedora Beneficiária, através de comissão/servidor especialmente designado;

21.5 Efetuar o pagamento à Fornecedora Beneficiária no valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.6 O DAEP não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Fornecedora Beneficiária com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Fornecedora Beneficiária, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

22. DA FORMA DE PAGAMENTO

22.1 O pagamento somente será efetuado após recebimento do material, mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica no serviço de compras ou pelo e-mail compras3@daep.com.br, sendo obrigatório o preenchimento dos dados bancários e chave pix no corpo da Nota Fiscal e será efetuado em 05 dias úteis, após conferência e liberação pelo fiscal da contratação.

22.2 No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à Contratada para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

22.3 O proponente vencedor deverá emitir nota fiscal eletrônica, conforme Portaria CAT nº



162 de 29/12/2008.

22.3.1 As notas fiscais eletrônicas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 5 (cinco) dias úteis após a data de sua apresentação válida.

22.4 O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente da contratada na qual a mesma deverá informar em sua proposta os dados bancários e a chave pix.

22.5 Sobre os pagamentos eventualmente devidos poderão incidir as retenções tributárias previstas na legislação aplicável, especialmente aquelas relativas ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF e à retenção previdenciária de INSS, quando cabível, observadas as disposições da Instrução Normativa RFB nº 2.053/2021, da legislação correlata e da natureza do objeto contratado.

22.6 Poderão incidir retenções referentes ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, quando aplicável à natureza da contratação, observadas as disposições da Lei Municipal nº 777/1998 e suas alterações.

22.7 Caso a Contratada seja optante de algum regime especial de tributação, contando com incentivos fiscais de natureza tributária, bastará à apresentação anual de certificado neste sentido, e desde que emitido no correspondente exercício, que será ela, no que tange àquele ano de comprovação da opção, dispensada dos recolhimentos, na forma de retenção, constantes dos itens 22.5 e 22.6 ou ainda de ambos, se retratarem a violação simultânea às normas que fixaram o incentivo.

22.8 Poderá haver retenções do Imposto de Renda (IR), se for o caso, conforme IN RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN RFB Nº 2.145/2023, para fins de IRRF nas contratações de bens e na prestação de serviços realizadas pelo Município de Penápolis/SP.

22.8.1 A Contratada deverá observar as regras da IN RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN RFB Nº 2.145/, em todos os documentos fiscais emitidos para o Município de Penápolis/SP, inclusive quanto ao correto destaque do valor de IR a ser retido.

22.8.2 Pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES Nacional não estarão sujeitas à retenção de IR.

22.9 Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da Contratada, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró-rata tempore”, em



relação ao atraso verificado.

23. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

23.1 O objeto deste certame será recebido:

- a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;
- b) definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

23.2 Constatadas irregularidades, o Daep poderá:

- a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) Na hipótese de substituição a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do contratante, no prazo máximo de 05 dias úteis, contados da notificação por escrito, mantendo o preço inicialmente contratado;
- c) Se disser respeito a diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- d) Na hipótese de complementação, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do contratante, no prazo máximo de 05 dias, contados da notificação por escrito, mantendo o preço inicialmente contratado.

23.3 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei.

24. RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS

24.1. Para atender as despesas oriundas desta aquisição serão utilizados recursos da dotação orçamentária Ficha: 5 - 030100.1751200512.051 - 33.90.30.00 - Fonte: 4 - Recursos Próprios da Administração Indireta.

25. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

25.1 Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:



- 25.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 25.1.2 Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 25.1.3 Apresentar documentação falsa;
- 25.1.4 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 26.1.5 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 26.1.6 Não mantiver a proposta;
- 25.1.7 Cometer fraude fiscal;
- 25.1.8 Comportar-se de modo inidôneo;
- 25.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 25.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 25.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 25.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 25.4.2 Multa de 10. % (por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 25.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 25.4.4 Impedimento de licitar e de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de até cinco anos;
- 25.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

25.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

25.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo.

25.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

25.9 O andamento do Processo Administrativo não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao Daep resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

25.10 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Daep poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

25.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

25.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Daep, observado o princípio da proporcionalidade.

25.13 A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

26. FISCALIZAÇÃO

26.1 A Gestão deste fornecimento será realizada pela Sra. Giuliana Lactal Pinheiro de Freitas, designado(a) pela Portaria 182/2025 de 15/10/2025.

26.1.2 O acompanhamento e a fiscalização serão exercidos por meio do Sr. Reginaldo de Souza, Técnico de Segurança do DAEP, ao qual compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução dos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e



pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

26.2. Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela execução da prestação dos serviços e/ou fornecimento dos materiais, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

26.3 Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências da CONTRATANTE, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, que é total e irrestrita em relação à prestação de serviços e/ou fornecimento dos materiais, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.

26.4 A atividade de fiscalização não resultará, tampouco e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

26.5 As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

27. DO SIGILO E DA PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018

27.1 A licitante vencedora e o Daep, além de guardarem sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, se comprometem a adotar as melhores práticas para respeitar a legislação vigente e/ou que venha entrar em vigor sobre proteção de dados.

27.2 As partes se obrigam a realizar o tratamento de dados pessoais de acordo com as disposições legais vigentes, bem como nos moldes da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis, utilizando-se de tais dados tão somente para os fins necessários à consecução do objeto deste Contrato, ou nos limites do consentimento expressamente manifestado por escrito por seus respectivos



titulares.

27.3. A licitante vencedora e o Daep se responsabilizam, única e exclusivamente, acerca da utilização dos dados obtidos por meio do presente contrato, sendo terminantemente vedada a utilização de tais informações para fins diversos daqueles relativos ao objeto do contrato, bem como outros fins ilícitos, ou que, de qualquer forma, atentem contra a moral e os bons costumes.

27.4 O Daep não será, em qualquer hipótese, responsabilizado pelo uso indevido por parte da CONTRATADA e/ou terceiros, com relação a dados armazenados em seus softwares e bancos de dados.

27.5 A licitante vencedora não poderá utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços ao Daep, não podendo, nomeadamente, transmiti-los a terceiros.

27.6 O Daep não compartilhará nenhum dado das pessoas naturais, salvo as hipóteses expressas da Lei nº 13.709/2018 que permitem o compartilhamento sem consentimento do titular.

27.7 O dever de sigilo e de confidencialidade e as restantes obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor MESMO APÓS O TÉRMINO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO.

28. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

28.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

28.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

28.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

28.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

28.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



28.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

28.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

28.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

28.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

28.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

28.12 O resultado deste certame, compreendendo a sua homologação, será comunicado às licitantes mediante publicação no site oficial do DAEP: www.daep.com.br.

29. DO FORO

29.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Penápolis, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

30. INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:

30.1 Fazem parte integrante e indissolúvel deste instrumento os seguintes anexos:

I – Termo de Referência e adendo de retificação

II – Modelo – Declaração unificada

III – Modelo de proposta

IV – Minuta da ATA de Registro de Preços



Penápolis, 28 de maio de 2026.

Carlos Alberto Bachiega

Presidente do Daep



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – Aquisição de EPI e EPC

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva – EPI/EPC para serem utilizados pelos servidores municipais do Daep – Autarquia Municipal de Saneamento Ambiental de Penápolis, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no ANEXO I – Especificação Técnica.

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. Justificativa da necessidade

Segundo a Norma Regulamentadora 1 – NR-1 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, cabe ao empregador implementar medidas de prevenção, ouvidos os trabalhadores, de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- I. eliminação dos fatores de risco;
- II. minimização e controle dos fatores de risco, com a adoção de medidas de proteção coletiva;
- III. minimização e controle dos fatores de risco, com a adoção de medidas administrativas ou de organização do trabalho; e
- IV. adoção de medidas de proteção individual.

O ingresso e permanência em áreas de risco são atividades realizadas cotidianamente pelos servidores lotados no Daep. Por se tratar, na maioria das situações, de serviços essenciais à população, nas quais a execução rápida e assertiva, pela sua própria natureza são primordiais, a eliminação dos riscos ou adoção de medidas administrativas nem sempre são viáveis. Para isso, os equipamentos de proteção coletiva e individual são ferramentas indispensáveis para o cumprimento da missão institucional desse órgão, tendo como prioridade o cumprimento das disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho.

2.2. Justificativa da demanda



O uso, instalação e operação dos equipamentos adquiridos por este Termo de Referência atenderão as necessidades da Autarquia pelo prazo de 12 (doze) meses. Os equipamentos indicados neste termo de referência foram definidos em função dos riscos a que as equipes estão expostas. As quantidades são justificadas, sobretudo, em função do número de colaboradores lotados no Daep que utilizarão os equipamentos e do histórico e recorrência das demandas. De acordo com a Norma Regulamentadora 6 - NR 6 Equipamentos de Proteção Individual - EPI, a empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho. Não se trata, portanto, de mera faculdade, mas de exigência normativa prevista, inclusive, na legislação trabalhista (Art. 389, IV, da CLT).

2.3. Possíveis riscos, caso não se contrate o objeto solicitado / Benefícios esperados com a contratação.

A utilização de EPCs e EPIs permite eliminar ou, ao menos, mitigar o iminente risco de dano ou de comprometimento da segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares. Não se trata de mera faculdade, mas sim de obrigação prevista na legislação trabalhista e regulamentada pelas Normas Regulamentadoras.

Espera-se, com a contratação, que o Daep possa cumprir a sua missão institucional ao mesmo tempo em que proporciona segurança para os seus servidores e contribuintes.

3. Apresentação das amostras

3.1. Os equipamentos vencedores serão analisados por uma Comissão Técnica, formada pela equipe do SESMT – Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho – e servidores do Daep usuários dos equipamentos;

3.2. Os equipamentos vencedores que corresponderem fielmente às marcas e modelos de referência indicados no material descritivo estarão dispensados do envio de catálogo ou amostra física;

3.3. Os equipamentos vencedores que não se enquadrarem na regra do subitem 3.2 deverão, obrigatoriamente ser apresentados através de catálogo;

3.3.1. Caso não seja possível averiguar as características, qualidade, especificações ou compatibilidade do item licitado através do catálogo anexado a proposta, conforme



solicitado no subitem 3.3, a licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo de até 03 (três) dias úteis após a solicitação do (a) pregoeiro (a), amostras, devidamente identificadas (número do item e o nome da empresa proponente), as quais serão analisadas pela Comissão Julgadora, que poderá se necessário for, solicitar auxílio de um usuário do item, a fim de avaliar a qualidade dos produtos ofertados, que serão comparados com as características inscritas no Edital.

3.4. As amostras de EPI – Equipamento de Proteção Individual - apresentadas deverão conter as especificações técnicas do produto comprovadas através do C.A. – Certificado de Aprovação da Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT.

3.4.1. Quando se tratar de equipamento desobrigado legalmente da apresentação de C.A. tais informações deverão constar no rótulo ou manual do produto ou deverá ser apresentada a caixa ou embalagem do mesmo, de forma que a Comissão Técnica possa avaliar se realmente atende ao solicitado quanto às especificações. As amostras que não atenderem o solicitado serão desclassificadas, não podendo a empresa proponente participar com sua proposta, daquele item.

3.5. As amostras dos materiais ofertados serão analisadas pela Comissão Técnica, tendo por finalidade avaliar a qualidade dos materiais ofertados que serão comparados com as características inscritas no Edital e o padrão de qualidade visualmente detectados, podendo ser recusados os produtos cuja qualidade seja reconhecidamente inferior, mediante parecer fundamentado, ainda que esta venha ser detectada com a utilização do produto, posteriormente a assinatura do contrato.

3.6. Todas as despesas com envio e retirada das amostras ficarão a cargo único e exclusivo dos licitantes vencedores.

4. Justificativa para o Parcelamento do Objeto

4.1. Fundamentação Legal e Técnica

A opção pelo parcelamento do objeto em lotes fundamenta-se no Art. 40, inciso V, alínea "b" da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a previsão do parcelamento do objeto sempre que for técnica e economicamente viável, visando o amplo aproveitamento das peculiaridades do mercado e a ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.

4.2. Premissas da Estruturação dos Lotes



A divisão da presente aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) foi planejada sob dois pilares fundamentais:

4.2.1. Homogeneidade por categorias: Os itens foram agrupados conforme sua natureza e especialização técnica (ex: proteção respiratória, proteção visual, vestimentas especiais). Isso permite que fabricantes e fornecedores especializados participem de lotes específicos, garantindo a entrega de produtos com melhor qualidade técnica.

4.2.2. Equilíbrio econômico-financeiro: Buscou-se o agrupamento de itens de modo que os lotes apresentem valores globais aproximados. Essa equalização evita a criação de "super-lotes" que poderiam restringir a participação de micro e pequenas empresas (MPEs), ao mesmo tempo em que evita lotes excessivamente pequenos que poderiam gerar desinteresse comercial devido aos custos logísticos.

4.3. Vantagens Esperadas

a) Ampliação da competitividade: Ao não exigir que uma única empresa detenha todo o portfólio de EPIs (que é vasto e variado), permite-se que um maior número de licitantes apresente propostas, forçando a redução dos preços finais.

b) Mitigação de Riscos: O parcelamento reduz a dependência da Administração de um único fornecedor. Em caso de inadimplência em um lote, o fornecimento dos demais itens não é comprometido.

c) Padronização e Qualidade: O agrupamento por afinidade técnica facilita a conferência das amostras e a verificação do cumprimento das Normas Regulamentadoras (NRs) específicas de cada categoria de proteção.

4.4. Tabela de lotes

4.4.1. Lote 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.
01	CALÇADO DE SEGURANÇA-TIPO BOTINA- C/BIQUEIRA	PAR	10
02	CALÇADO DE SEGURANÇA - TIPO TENIS	PAR	40
03	CALÇADO DE SEGURANÇA - TIPO BOTINA - C/ ATACADOR	PAR	60
04	CALÇADO DE SEGURANÇA-TIPO BOTINA-S/ BIQUEIRA AÇO	PAR	100

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

4.4.2. Lote 02

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.
05	CAPACETE DE SEGURANÇA PARA TRABALHO EM ALTURA	UN	05
06	CHAPEU DE PALHA	PÇ	30
07	CINTA ERGONOMICA COM SUSPENSÓRIO	UN	10
08	CONE DE SEGURANÇA (PARA SINALIZAÇÃO) COM NBR	UN	40
09	BOTA DE SEGURANÇA - CANO LONGO - EM PVC - BRANCA	PR	10
10	BOTA DE SEGURANÇA - CANO LONGO - EM PVC - PRETA	PR	20
11	AVENTAL IMPERMEAVEL	PÇ	20
12	FITA ZEBRADA - LARANJA E BRANCA	RL	50
13	JOELHEIRA DE PROTEÇÃO	PR	20
14	LUVA DE PVC CANO LONGO	PR	200

4.4.3. Lote 03

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.
15	AVENTAL DE RASPA	PÇ	40
16	LUVA EM VAQUETA - TIPO PETROLEIRO	PR	100
17	LUVA EM VAQUETA COM PUNHO EM RASPA P/ SERRALHEIRO	PR	50
18	LUVA TRICOTADA COM BANHO NITRILICO	PR	1500

4.4.4. Lote 04

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.
19	BOTA DE SEGURANÇA - EM PVC-BRANCA	PR	03
20	CREME BLOQUEADOR SOLAR FPS 58/60 - FRASCO DE 120ML	FR	100
21	BONE DE SEGURANÇA TIPO TOUCA ARABE	UN	50
22	MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL PCT - 50 UNIDADES	PC	20
23	CANELEIRA CORTE DE CANA	PR	100
24	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA 15dB	UN	15
25	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA 23dB	UN	15
26	PROTETOR FACIAL EM ACRÍLICO	UN	30
27	REPOSITOR HIDROELETROLÍTICO	UN	1500



AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

28	RESPIRADOR REUTILIZÁVEL SEMI FACIAL	UN	15
29	TOUCA DESCARTAVEL	CX	05
30	CONJUNTO DE BATA E CALÇA COM BOTA ACOPLADA	UN	05
31	VESTIMENTA DE SEGURANÇA-TIPO CONJUNTO - HERBICIDA	PÇ	30

4.4.5. Lote 05

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.
32	LUVA TRICOTADA COM POLIURETANO	PR	30
33	LUVA DE SEGURANÇA CONTRA AGENTES CORTANTES E PERFURANTES	PR	100
34	LUVA DE PROCEDIMENTO	CX	100
35	LUVA DE MALHA COM PALMA PIGMENTADA	PR	2000

4.5. Conclusão

O parcelamento proposto não configura fracionamento indevido, mas sim uma estratégia de gestão que concilia a viabilidade técnica com o objetivo de obter a proposta mais vantajosa, respeitando a capacidade operacional do mercado fornecedor de EPIs.

5. Fiscalização

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do servidor Reginaldo de Souza.

Penápolis, 22 de maio de 2026.

Reginaldo de Souza


Téc. Segurança do Trabalho



AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL



ANEXO I - LOTES

LOTE 01


ITEM	Cód. RM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	MATERIAL DE REFERÊNCIA
01	6594	<p style="text-align: center;">Calçado de segurança com biqueira em composite</p> <p>Botina de segurança com biqueira de composite com resistência de impacto de 200J e compressão de até 1500Kg (N); dorso acolchoado, confeccionada em microfibras, fechamento em elástico nas laterais, forração interna e solado bidensidade; Colarinho acolchoado; Palmilha antiperfurante em fibras de aramida não metálica resistente à perfuração, resistente à perfuração mínima de 1100N conforme norma NBR ISO 20344:2015; Palmilha higiênica antibacteriana; Solado Constituído de duas camadas de poliuretano (PU), injetado diretamente no cabedal, sendo a 1ª camada (entressola) mais macia e leve, com densidade de 0,4g/cm³ proporcionando maior conforto; e 2ª camada (sola) mais compacta com densidade de 1,0 g/cm³, resistente a abrasão com sistema antiderrapante constituído de ranhuras de 3mm de altura e 6mm de largura e resistência ao escorregamento em piso cerâmico e piso de aço (Nível SRC); Cabedal confeccionado em microfibras com espessura de 18 linhas. Contraforte Termoplástico 1,5mm; Palmilha higiênica anatômica conformada em EVA antifungo/antibactéria, composta de micropontos para absorção e desorção do suor. Forro de gáspea e suador em tecido não tecido em fibra curta com espessura mínima de 1,9mm. Calçado isolante de classe I, isolamento elétrico de baixa tensão (até 500 V), em condições secas. Numeração: 33 a 47; Cor Preto. Quantidade: 10 pares</p> <p>Referências:</p> <p>Marluvas Composite 70B19 CPAP - C.A. 34549</p> <p>Bracol BELM – C.A. 38530</p> <p>Deltaplus – C.A. 45266</p> <p>Bracol – BELM – C.A. 38760</p> <p>Fujiwara HESM – C.A. 43168</p> <p>Estival – C.A. 32293</p>	



AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

02	6327	<p align="center">Calçado de segurança cano curto tipo tênis</p> <p>Calçado ocupacional tipo tênis, confeccionado em microfibra na cor preta, fechamento em cadarço, palmilha de montagem em não tecido fixado pelo sistema strobel, sem bico de aço. Cabedal confeccionado em material hidrorrepelente, tecido. Colarinho acolchoado com espuma 8 mm; Forração da gáspea com material em não tecido e forro do colarinho em tecido dublado; Contraforte em material termoativado; Solado de poliuretano bidensidade.</p> <p>Referências: Kadesh - C.A. 42616 Bracol BGAM – 29962 Fujiwara BGA – C.A. 43909 Marluvas – C.A. 43294 Safetline – C.A. 39584</p> <p>Quantidade: 40 pares</p>	
03	5479	<p align="center">Calçado de segurança com atacador</p> <p>Botina ocupacional com biqueira de plástico, colarinho acolchoado, confeccionada em nobuck, fechamento em cadarço, forração interna e solado bidensidade. Solado Constituído de duas camadas de poliuretano (PU), injetado diretamente no cabedal, sendo a 1ª camada (entressola) mais macia e leve, com densidade de 0,4g/cm³ e 2ª camada (sola) mais compacta com densidade de 1,0 g/cm³, resistente a abrasão com sistema antiderrapante constituído de ranhuras de 3mm de altura e 6mm de largura e resistência ao escorregamento em piso cerâmico e piso de aço (Nível SRC). Cabedal nobuck com espessura de 15 a 17 linhas. Contraforte Termoplástico 1,5mm. Forro de Gáspea e Suador Tecido não tecido em fibra curta com espessura mínima de 1,9mm. Biqueira em polipropileno, espessura de 1,5mm. Palmilha higiênica Soft Comfort em EVA antifungo/antibactéria, composta de micropontos para absorção e dessorção do suor. Palmilha de montagem Costurada ao cabedal pelo sistema strobel, em poliéster agulhado e resinado com espessura de 2.0 mm. Altura do cano 114mm, baseado no número 40.</p> <p>Numeração 33 a 47. Quantidade: 60 pares</p> <p>Referências:</p>	




AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

		Marluvas 50B26 CB BP NUB PRETO – C.A. 45611 Bracol BAE 4045BAEN4400LL – C.A. 40872 Bracol Denver BAFN – C.A. 42169 Fujiwara HBSM – C.A. 31250 Estival – C.A. 44591	
04	5186	<p style="text-align: center;">Calçado de segurança sem biqueira de aço</p> <p>Botina de proteção, com elástico lateral recoberto, dorso acolchoado, confeccionada em microfibras hidrofugadas, forração interna na gáspea em não tecido e forro do cano em tecido dublado com manta de não tecido, palmilha de não tecido, com sobrepalmilha de eva 4mm e solado de poliuretano injeção direta bidensidade bicolor. Cabedal Confeccionado todo em microfibras espalmadas em PU soft hidrofugada 17/19 linhas, matéria prima de alta tecnologia, forração interna da gáspea em não tecido e forro do cano em tecido com alto poder de absorção de suor e permeabilidade. Solado bidensidade constituído de duas camadas de PU injetado diretamente ao cabedal, sendo a entressola mais macia proporcionando maior conforto e compacta de maior densidade ótima resistência à abrasão e desgaste. Biqueira de conformação em polipropileno. Palmilha de montagem em não tecido costurada com sistema strobel. Sobrepalmilha em EVA soft, espessura de 4mm.</p> <p>Numeração: 33 ao 46. Quantidade: 100 pares</p> <p>Referências:</p> <p>Bracol BAE 4045BAEN4400LL –C.A. 29492</p> <p>Marluvas New Prime – C.A. 34500</p> <p>Estival – C.A. 31090</p> <p>Fujiwara HESM – C.A. 31241</p> <p>Deltaplus – C.A. 45271</p>	




AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL



LOTE 02

ITEM	Cód. RM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	MATERIAL DE REFERÊNCIA
05	5481	<p style="text-align: center;">Capacete de obras</p> <p>Capacete de Segurança para uso na indústria, tipo II (aba frontal), classe B com a suspensão com carneira de suspensão e jugular. Cores: branca, verde e azul marinho. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO.</p> <p>Aprovado para: PROTEÇÃO DA CABEÇA DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE OBJETOS SOBRE O CRÂNIO E CONTRA CHOQUES ELÉTRICOS.</p> <p><u>Referências:</u> <u>MSA - C.A. 498</u> <u>3M – C.A. 29638</u> <u>Vonder – C.A. 14712</u> <u>Steelflex – C.A. 35983</u> <u>Libus – C.A. 36099</u></p> <p>Quantidade: 5 unidades</p>	
06	4615	<p style="text-align: center;">Chapéu de palha</p> <p>Chapéu de palha dupla de carnaúba, aba larga entre 15 e 17 cm.</p> <p>Quantidade: 30 unidades</p>	
07		<p style="text-align: center;">Cinta ergonômica com suspensório</p> <p>Confeccionada em fibra têxtil LYCRA®#59, elástico duplo para ajuste e sustentação da coluna, suspensório confeccionado em elástico com regulagem, hastes flexíveis com proteção antideslizantes para correção da postura, costura reforçada, velcro para fechamento, tecido telado nas extremidades para respirabilidade, faixas refletivas.</p> <p>Tamanhos: G: 102cm X 21cm = 05</p>	



AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

		XG: 115cm X 21cm = 05 Referências: VIC41110 Vicsa - Danny MZAEG000 - Mazola ERCE9010 - Steelflex CPTCEDHEP04 - DortLer 9218 - Postury	
08	3435	Cone NBR Flexível Produzido em PVC flexível, com faixas refletivas; Altura: 75 cm; Lado da base: 40 cm; Cor do cone: Laranja; Cor da faixa refletiva: Branca; Peso aproximado: 3,4 kg. Em conformidade com a norma ABNT: NBR 15071:2015 Referências: Kteli Elastobor Safe Park Sinaliza Mais Plastcor Quantidade: 40unidades	



AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

09	5179	<p align="center">Calçado tipo Bota de PVC cano longo BRANCA</p> <p>Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota impermeável, cano longo, confeccionado em material polimérico Branco PVC (policloreto de vinila), com solado antiderrapante; Material: PVC; Revestimento Interno: com forro em poliéster; Solado: Resistência ao escorregamento em piso de cerâmica contaminado com lauril sulfato de sódio (detergente). Numeração: 37 ao 47 numeração conjunta. Altura do cano: Cano Longo, 340 mm + ou – 2mm (numeração 40) Quantidade: 10 pares</p> <p>Referências:</p> <p>VULCABRAS BPCL11 – Bota PVC Cano Longo Branca CA 36942</p> <p>Marluvas – C.A. 40574</p> <p>Bracol – C.A. 37455</p> <p>Sete Léguas SL Pró – C.A. 33831</p> <p>Innpro – C.A. 36026</p>	
10	5182	<p align="center">Calçado tipo Bota de PVC cano longo PRETA</p> <p>Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota impermeável, cano longo, confeccionado em material polimérico Preto PVC (policloreto de vinila), com solado antiderrapante; Material: PVC. Revestimento Interno: com forro em poliéster; Solado: Resistência ao escorregamento em piso de cerâmica contaminado com lauril sulfato de sódio (detergente).</p> <p>Numeração: 37 ao 47 numeração conjunta. Altura do cano: Cano Longo, 340 mm + ou – 2mm (numeração 40)</p> <p>Referências:</p> <p>VULCABRAS BPCL11 – Bota PVC Cano Longo Preta CA 36942</p> <p>Marluvas – C.A. 48254</p> <p>Bracol – C.A. 37455</p> <p>Sete Léguas Capataz – C.A. 42630</p> <p>Innpro – C.A. 36026</p> <p>Quantidade: 20 pares</p>	

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

11	4348	<p style="text-align: center;">Avental impermeável</p> <p>Avental de segurança confeccionado em tecido sintético plastificado com PVC em ambas as faces, modelo frontal, ilhoses afixados, tirantes na cintura e nos ombros para ajustes. Tamanho: 1,20m X 0,65m</p> <p>Referências:</p> <p>Brascamp Pvc Trevira Kp 1000 com engate rápido - C.A. 37785</p> <p>Policap – C.A. 33301</p> <p>Plasticor – C.A. 21208</p> <p>EGS – C.A. 44652</p> <p>Brascamp – C.A. 28303</p> <p>Quantidade: 20 unidades</p>	
12	5369	<p style="text-align: center;">Fita zebraada laranja e branca</p> <p>Faixa zebraada para isolamento nas cores laranja e branca não adesiva em filme de polipropileno. Dimensões: 7cm x 100m.</p> <p>Referências:</p> <p>Plastcor</p> <p>Worker</p> <p>Compazo</p> <p>Kteli</p> <p>Deltaplus</p> <p>Quantidade: 50 unidades</p>	


AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

13	4060	<p style="text-align: center;">Joelheira de proteção</p> <p>Fabricada em EVA de 1,4 cm de espessura, 14 cm de largura e 17cm de altura;</p> <p>Cor: Preta</p> <p>Fechamento: Velcro ou elástico</p> <p>Tamanho: Único</p> <p>Referências:</p> <p>Cortag</p> <p>Worker</p> <p>Carbografite</p> <p>Vonder</p> <p>Flextools</p> <p>Quantidade: 20</p>	
14	5110	<p style="text-align: center;">Luva de PVC – 46cm</p> <p>Luva de segurança confeccionada em suporte têxtil, revestimento em PVC, com acabamento corrugado na palma e dorso, punho 46 cm com alongamento no punho. Aprovado para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra agentes químicos (bases inorgânicas), ácidos orgânicos, peróxidos. Normas técnicas: BS EN 420:2003 + A1:2009, BS EN 16523-1:2015, BS EN 388:2016, BS EN ISO 374-1:2016, EN 374-4:2013, EN 374-2 : 2014. Níveis de desempenho 3121X para BS EN 388, sendo:</p> <p>3 - resistência à abrasão;</p> <p>1 - resistência ao corte por lâmina;</p> <p>2 - resistência ao rasgamento;</p> <p>1 - resistência à perfuração por punção;</p> <p>X - resistência ao corte TDM. Luva de proteção química TIPO B.</p> <p>Tamanho: 10</p> <p>Referências:</p>	

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL



	<p>Super Safety</p> <p>Volk</p> <p>Delta Plus</p> <p>Kalipso</p> <p>Danny</p> <p>Quantidade: 200 pares</p>	
--	--	--

LOTE 03

ITEM	Cód. RM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	MATERIAL DE REFERÊNCIA
15	1633	<p>Avental de raspa</p> <p>Avental de proteção; em raspa de couro; medindo aproximadamente 1,20m x 0,60m; proteção do usuário contra agentes abrasivos e escoriantes soldagens e similares; sem mangas; sem gola; fechamento através de tiras em raspa no pescoço e na cintura, presas por arrebites e fivelas metálicas para ajuste; com certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego.</p> <p>Referências:</p> <p>Luveq – C.A. 38789</p> <p>Teknoluvas – C.A. 21244</p> <p>Vidal – C.A. 42853</p> <p>Arclan – C.A. 31891</p> <p>Thecom – C.A. 25873</p> <p>Quantidade: 40 unidades</p>	



AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

16	5614	<p style="text-align: center;">Luva de vaqueta tipo petroleiro</p> <p>Luva de proteção modelo petroleira confeccionada em vaqueta integral, espessura 8/10 linhas, com reforço interno na palma e tira de reforço interno entre o polegar e o indicador. Elástico de ajuste no dorso. Acabamento do punho em viés. Quantidade: 100 pares</p> <p>Referências</p> <p>Thecom – C.A. 8820</p> <p>Alseg – C.A. 25368</p> <p>JRD – C.A. 46958</p> <p>3Carlos – C.A. 40318</p> <p>Valcan – C.A. 16474</p>	
17	5112	<p style="text-align: center;">Luva de vaqueta com punho em raspa</p> <p>Luva de proteção modelo soldador com mão em vaqueta espessura 8/10 linhas e punho em raspa grupon. Elástico de ajuste no dorso. Acabamento do punho em viés. Medida do punho 20cm. Quantidade: 50 pares</p> <p>Referências:</p> <p>Thecom C.A. 44405</p> <p>Luveq – C.A. 26742</p> <p>Zanel – C.A. 16074</p> <p>Marfe Luvas – C.A. 42973</p> <p>Plastcor – C.A. 36588</p>	

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Luva tricotada com banho nitrílico

Luva de segurança confeccionada em suporte têxtil com revestimento em látex natural corrugado na face palmar, dedos e dorso em 3/4, punho em elástico com acabamento em overloque. Aprovado para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes. Níveis de desempenho 2131X para BS EN 388, sendo:

2 - resistência à abrasão;

1 - resistência ao corte por lâmina;

3 - resistência ao rasgamento;

1 - resistência à perfuração por punção;

X - resistência ao corte TDM

Tamanhos: 08 e 09. **Quantidade: 1500 pares**

Referências:

Super Safety C.A. 31895

Volk – C.A. 46819

Danny Pegasus PRO – C.A. 28709

Kalipso – C.A. 37091



LDI Safety – C.A. 42409

Marluvas – C.A. 46120





AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL



LOTE 04

ITEM	Cód. RM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	MATERIAL DE REFERÊNCIA
19	6218	<p style="text-align: center;">Calçado tipo bota cano médio em EVA</p> <p>Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano curto, impermeável, confeccionado em material polimérico Branco EVA (etil vinil acetato) com tratamento bactericida; absorção de energia na região do salto.</p> <p>Altura do cano: Cano Curto, 260 mm (numeração 40); Revestimento Interno: Sem forro, com textura de conforto e aderência antiderrapante. Solado: Calçado com absorção de energia na área do salto (calcanhar) (E) e com resistência ao escorregamento em piso de cerâmica contaminado com lauril sulfato de sódio (detergente).</p> <p>Numeração: 34/35, numeração conjunta, 36 ao 43 numeração inteira e 44/45 numeração conjunta</p> <p>Referências:</p> <p>Vulcabras Bota Full EVA Branca BECC08 C.A. 33534</p> <p>Soft-Works – C.A. 37390</p> <p>Vulcabras Overtech Cano Curto – C.A. 16065</p> <p>Quantidade: 3 pares</p>	
20	5083	<p style="text-align: center;">Creme protetor solar de uso profissional FPS 60 - 120 ml</p> <p>Protetor solar FPS 60 que protege a pele contra a ação nociva das radiações ultravioleta UVA e UVB. Resistente à água, não oleoso, hipoalergênico, oil free, fator de proteção UVA 20. Frasco com 120g.</p> <p>Referências:</p> <p>SunDay</p> <p>Sunlau</p> <p>Nutriex</p> <p>Luvex</p> <p>Mavaro</p> <p>Quantidade: 100 unidades</p>	



AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

21	4816	<p style="text-align: center;">Boné tipo touca árabe</p> <p>Touca para proteção capilar; do tipo árabe, que envolva testa orelhas e ombros; confeccionada em helanca; tamanho único, modelo com aba frontal, saia de 30 cm e fechamento em velcro; cor azul royal; para proteção contra raio solar.</p> <p>Referências:</p> <p>Teknoluvas – C.A. 15922</p> <p>Protect – C.A. 44067</p> <p>J&G – C.A. 44963</p> <p>Plastcor – C.A. 40038</p> <p>Brascamp – C.A. 39760</p> <p>Quantidade: 50 unidades</p>	
22	2047	<p style="text-align: center;">Máscara cirúrgica descartável</p> <p>Máscara tripla com elástico para fixação atrás das aurículas; material 100% Polipropileno; hipoalergênica; hidrorrepelente; não inflamável; clipe nasal revestido. Tripla camada composta por 2 camadas externas de TNT 20 g/m² e 1 camada interna de filtro de retenção bacteriana. Eficiência de Retenção Bacteriológica (EFB) mínima de 95%. Caixa com 100 unidades.</p> <p>Referências:</p> <p>Medix</p> <p>Descarpack</p> <p>Talge</p> <p>Top Desc</p> <p>Fênix</p> <p>Quantidade: 20 caixas</p>	




AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

23	6925	<p style="text-align: center;">Perneira</p> <p>Peneira de segurança confeccionada em material sintético, costurada eletronicamente, três talas em polietileno, metatarso em material sintético. Fecho em velcro. Altura 40 cm.</p> <p>Referências: J & G Confeções LTDA C.A. 44964 Tecmater – C.A. 30955 Sayro – C.A. 35224 Marseg – C.A. 44234 Promaster – C.A. 27299</p> <p>Quantidade: 100 pares</p>	
24	3897	<p style="text-align: center;">Protetor Auricular tipo concha – 15dB</p> <p>Aparelho constituído por conchas de material plástico, rígido, moldado anatomicamente. Concha revestida internamente de espuma e material plástico, sendo encaixada à borda uma almofada, igualmente de material plástico. Arco injetado em plástico flexível, dispondo de recursos nas extremidades, que proporcionam a articulação das conchas, permitindo adaptação adequada à cabeça e sob pressão dos dois abafadores, aos respectivos pavilhões auriculares humanos.</p> <p>Referências: Agena SPR 15db - C.A. 4398 Camper – C.A. 33135 Kalipso – C.A. 14472 Sayro – C.A. 19079</p> <p>Quantidade: 15 unidades</p>	



AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

25	7038	<p style="text-align: center;">Protetor Auricular tipo concha – 23dB</p> <p>Protetor auditivo de segurança circum-auricular, tipo concha, confeccionado de material plástico rígido na cor preta, montadas e conectadas com um plástico rígido, ajustável em duas posições perto de cada concha, presas no arco de plástico rígido em duas posições. Em cada lado do protetor possui rebites para ajuste em torno da orelha, forrada internamente por uma fina camada de plástico rígido flexível e uma fina camada de espuma de não tecido selado.</p> <p>Referências: 3M H9A C.A. 12189 Honeywell – Thunder T3 – Preto – CA 15245</p> <p>Quantidade: 15 unidade</p>	
26	3441	<p style="text-align: center;">Protetor facial em acrílico</p> <p>Protetor facial composto de coroa de polipropileno preto que cobre a parte frontal do crânio do usuário e se estende até a parte lateral da cabeça, visor confeccionado em policarbonato incolor 8” (230 mm de largura e 200 mm de altura) preso à coroa por meio de três parafusos metálicos. Extremidades da coroa fixadas na carneira, confeccionada em polietileno branco de alta densidade, por meio de dois parafusos metálicos, sistema de ajuste simples.</p> <p>Referências: Carbografite – C.A. 11442 Plasticor – C.A. 15019 Apolo – C.A. 12376 Delta Plus Jabre 8” – C.A. 47620 Ledan – C.A. 3473</p> <p>Quantidade: 30 unidades</p>	

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

27	4933	<p style="text-align: center;">Repositor hidroeletrólítico</p> <p>Pó para o preparo de suplemento hidroeletrólítico para praticantes de atividade física. Quantidade: 1500 unidades</p> <p>Referências: Revdrat Sudrat Rehidrat Reidrat Nutrition Sudract Hidramaxi</p>	
28	3968	<p style="text-align: center;">Respirador purificador de ar peça semifacial</p> <p>Respirador purificador de ar tipo peça semifacial. Nas laterais do corpo das peças, dois dispositivos plásticos, um de cada lado, dotados, em sua parte dianteira, de um encaixe tipo baioneta e de um anel de borracha, onde são fixados os filtros químicos, combinados e para partículas com encaixe tipo baioneta ou a base de fixação para utilização dos filtros para partículas planos. Válvula de exalação na parte central. Suporte de material plástico rígido, fixado na parte frontal com quatro aberturas, duas superiores e duas inferiores para passagem das pontas de dois tirantes elásticos ajustáveis. Tirantes elásticos ajustáveis. Compatível com filtros da série 6000 da marca 3M. Quantidade: 15 unidades</p> <p>*Marca/modelo de referência: Respirador Reutilizável Semifacial 3M™ 6000</p>	
29	6199	<p style="text-align: center;">Touca descartável em TNT</p> <p>Touca descartável confeccionada em não-tecido (TNT) hidrofóbico e 100% polipropileno (IOGIm2), hipoalérgica e atóxica. Embalagem com 100 unidades. Quantidade: 5 pacotes com 100 Un</p> <p>Referências: Talge Medix Descarpack</p>	


AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

		Vabene Bompack	
30	4856	<p align="center">Conjunto de bata e calça (macacão de proteção química)</p> <p>Macacão de segurança confeccionado em falso tecido de filamentos sintéticos em polipropileno (SMS), revestido em polietileno microporoso de alta densidade, fechamento com zíper frontal e aba protetora, elásticos na cintura, capuz, punhos e tornozelos.</p> <p>EPI aprovado para Tipo PB(6) - Vestimenta de proteção química com proteção limitada contra líquidos químicos, para a ISO 16602:2007.</p> <p>Quantidade: 5 unidades</p> <p>Referências: SAFE PROTECT - CA 44.163 Volk – C.A. 38183 Danny – C.A. 20662 Steelflex – C.A. 39707 Super Safety – C.A. 36783</p>	
31	3956	<p align="center">Conjunto herbicida</p> <p>Vestimenta de corpo inteiro confeccionada em tecido 58% algodão, 42% poliéster, com tratamento hidrorrepelente. Blusão de mangas longas com abertura na altura do peito e fechamento frontal por velcro. Capuz tipo árabe ajustado por cordão interno na barra do blusão. Calça comprida com cordão para ajustes na cintura e proteção de tecido impermeável nas pernas.</p> <p>Referências: Nexus – C.A. 16756 E.D.S. – C.A. 17459 Protspray – C.A. 10180 / 29254 Plastcor – C.A. 44029 Descartes – C.A. 12574</p> <p>Quantidade:</p>	



AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

G: 08 conjuntos
 GG: 08 conjuntos
 EXG: 07 conjuntos
 EXGG: 07 conjuntos

Lote 05

ITEM	Cód. RM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	MATERIAL DE REFERÊNCIA
32	6436	<p>Luva de P.U.</p> <p>Luva de segurança tricotada em nylon; palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos com revestimento em poliuretano; Punho com elastano.</p> <p>Referências:</p> <p>Marluvas – C.A. 46058</p> <p>Super Safety – C.A. 32034</p> <p>Kalipso – C.A. 15272</p> <p>Volk – C.A. 46032</p> <p>Danny – C.A. 29014</p> <p>Quantidade: 30 pares</p>	

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

33	4575	<p style="text-align: center;">Luva contra agentes cortantes e perfurantes</p> <p>Confeccionada em fios de polietileno de alta densidade, recoberta com couro na palma, face palmar dos dedos e ponta dos dedos. Tato e resistência contra corte em trabalhos com manuseio de peças, chapas e lâminas cortantes.</p> <p>Referências:</p> <p>Lalan – C.A. 44544</p> <p>Krytech 836 – C.A. 43356</p> <p>Hero – C.A. 41110</p> <p>Delta Plus Venicut50 – C.A. 43914</p> <p>Super Safety – C.A. 44063</p> <p>Quantidade: 100 pares</p>	
34	4669	<p style="text-align: center;">Luva de procedimento</p> <p>Luva de segurança para procedimento não cirúrgico, confeccionada em látex, texturizada e antiderrapante, microtextura nas pontas dos dedos, ambidestra, não-estéril, sem pó bioabsorvível. Caixa com 100 unidades. Tamanhos: “P”, “M” e “G”.</p> <p>Referências:</p> <p>SuperMax Powder Free</p> <p>Medix</p> <p>Descarpack</p> <p>Talge</p> <p>Unigloves</p> <p>Quantidade: 100 caixas com 100 unidades</p>	

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Luva tricotada com palma pigmentada

Luva de segurança confeccionada em fio de algodão e poliéster, punho com elástico, pigmentação em PVC na palma e face palmar dos dedos. Níveis de desempenho 0141X para BS EN 388, sendo:

0 - resistência à abrasão;

1 - resistência ao corte por lâmina;

4 - resistência ao rasgamento;

1 - resistência à perfuração por punção;

X - resistência ao corte TDM.

Referências:

Kalipso – C.A. 34491

Super Safety – C.A. 33529

Worker – C.A. 31247

Volk – C.A. 41475

Plstcor – C.A. 31911

Quantidade: 2000 pares



ANEXO II

MODELO - DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pregão Eletrônico nº ____/2026 - Processo SEI nº ____/2026 - Edital nº ____/2026

Pelo presente instrumento, no que se referir ao certame licitatório acima mencionado, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) do RG nº _____, CPF nº _____,

DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como MICROEMPRESA – ME, ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da LEI COMPLEMENTAR 123, de 14/12/2006, bem como inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação, declarando inclusive que no ano-calendário de realização da licitação, a licitante ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo esta declaração ser acompanhada dos documentos comprobatórios emitidos pelos órgãos responsáveis, comprovando que a licitante faz jus ao tratamento favorecido estabelecido pela Lei Complementar 123/2006 e sem os quais a mesma não terá validade.

DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistente impedimento legal para licitar ou contratar com a Autarquia Municipal de Saneamento Ambiental – Daep.

DECLARA, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal

DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre e aceita plena e totalmente as condições do Edital e seus anexos, referente ao Pregão Eletrônico nº /2026 – Processo nº /2026.

DECLARA, sob as penas da Lei, que atende à normas relativas à saúde e segurança do trabalho, conforme legislação vigente pertinente ao seu ramo de atividade, de acordo com o disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº /2026 – Processo nº /2026.



DECLARA, sob as penas da Lei, de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.

DECLARA, sob as penas da Lei, de que caso seja vencedora do certame, e se necessário for, disponibilizará no prazo de 05 (cinco) dias corridos após a assinatura da ATA, quaisquer documentos solicitados pelo pregoeiro e/ou agente de contratação.

_____, de _____ de 2026

(nome, assinatura do representante legal da empresa)



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

Ao Daep:

_____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada pelo seu _____, Sr. _____, portador de Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, declara que, após analisar as condições desta licitação, com as quais concorda, propõe executar os serviços objeto do PROCESSO LICITATÓRIO nº ____/2026, PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/2026, pelo valor global de R\$ _____(_____) , conforme detalhamento que segue no quadro abaixo:

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CALÇADO DE SEGURANÇA-TIPO BOTINA-C/BIQUEIRA	PAR	10		
02	CALÇADO DE SEGURANÇA - TIPO TENIS	PAR	40		
03	CALÇADO DE SEGURANÇA - TIPO BOTINA - C/ ATACADOR	PAR	60		
04	CALÇADO DE SEGURANÇA-TIPO BOTINA-S/BIQUEIRA AÇO	PAR	100		
					VALOR GLOBAL DO LOTE

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
05	CAPACETE DE SEGURANÇA PARA TRABALHO EM ALTURA	UN	05		
06	CHAPEU DE PALHA	PÇ	30		

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

07	CINTA ERGONOMICA COM SUSPENSÓRIO	UN	10		
08	CONE DE SEGURANÇA (PARA SINALIZAÇÃO) COM NBR	UN	40		
09	BOTA DE SEGURANÇA - CANO LONGO - EM PVC - BRANCA	PR	10		
10	BOTA DE SEGURANÇA - CANO LONGO - EM PVC - PRETA	PR	20		
11	AVENTAL IMPERMEAVEL	PÇ	20		
12	FITA ZEBRADA - LARANJA E BRANCA	RL	50		
13	JOELHEIRA DE PROTEÇÃO	PR	20		
14	LUVA DE PVC CANO LONGO	PR	200		
VALOR GLOBAL DO LOTE					

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	AVENTAL DE RASPA	PÇ	40		
16	LUVA EM VAQUETA - TIPO PETROLEIRO	PR	100		
17	LUVA EM VAQUETA COM PUNHO EM RASPA P/ SERRALHEIRO	PR	50		
18	LUVA TRICOTADA COM BANHO NITRILICO	PR	1500		
VALOR GLOBAL DO LOTE					

LOTE 04

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
19	BOTA DE SEGURANÇA - EM PVC-BRANCA	PR	03		
20	CREME BLOQUEADOR SOLAR FPS 58/60 - FRASCO DE 120ML	FR	100		
21	BONE DE SEGURANÇA TIPO TOUCA ARABE	UN	50		
22	MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL PCT - 50	PC	20		



	UNIDADES				
23	CANELEIRA CORTE DE CANA	PR	100		
24	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA 15dB	UN	15		
25	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA 23dB	UN	15		
26	PROTETOR FACIAL EM ACRÍLICO	UN	30		
27	REPOSITOR HIDROELETROLÍTICO	UN	1500		
28	RESPIRADOR REUTILIZÁVEL SEMI FACIAL	UN	15		
29	TOUCA DESCARTAVEL	CX	05		
30	CONJUNTO DE BATA E CALÇA COM BOTA ACOPLADA	UN	05		
31	VESTIMENTA DE SEGURANÇA-TIPO CONJUNTO - HERBICIDA	PÇ	30		
				VALOR GLOBAL DO LOTE	

LOTE 05

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
32	LUVA TRICOTADA COM POLIURETANO	PR	30		
33	LUVA DE SEGURANÇA CONTRA AGENTES CORTANTES E PERFURANTES	PR	100		
34	LUVA DE PROCEDIMENTO	CX	100		
35	LUVA DE MALHA COM PALMA PIGMENTADA	PR	2000		
				VALOR GLOBAL DO LOTE	

- a) Validade da proposta: 60 dias, contados a partir da data da abertura do envelope
- b) Condições de pagamento: de acordo com as entregas e mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais;
- c) Prazo de pagamento: em 05 (cinco) dias úteis e contados da aceitação pelo fiscal do contrato;
- d) Prazo de entrega: _____;
- e) Forma e prazo de garantia dos itens: _____.



RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA

Nome: _____

Cargo na empresa: _____

CPF: ____

RG: ____

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

Endereço residencial completo: _____

Estado Civil: _____

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Fone(s): (____) _____

Local e data:

Nome:

Cargo: /Carimbo



ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Eletrônico /2026

O DAEP – AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, com sede na Avenida Adelino Peters, nº 217, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 49.576.614.0001-05 neste ato representado pelo Presidente, Sr. Carlos Alberto Bachiega, portador do RG n.º 7.892.585-X – SSP – SP e CPF n.º 003.017.808-89, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico - REGISTRO DE PREÇOS RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com as classificações por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14.133, de 2021](#), Leis Complementares nº 123 de 14/12/2006, nº 147 de 07/08/2014 e Decreto Municipal nº 7.845 de 25/03/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente ATA tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA – EPI/EPC PARA O PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA**, contados a partir da assinatura desta ATA.

2.2 Deverão ser observadas as especificações e condições de fornecimento constantes do Termo de Referência, parte integrante desta Ata.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são os que seguem:



LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CALÇADO DE SEGURANÇA-TIPO BOTINA-C/BIQUEIRA	PAR	10		
02	CALÇADO DE SEGURANÇA - TIPO TENIS	PAR	40		
03	CALÇADO DE SEGURANÇA - TIPO BOTINA - C/ ATACADOR	PAR	60		
04	CALÇADO DE SEGURANÇA-TIPO BOTINA-S/BIQUEIRA AÇO	PAR	100		
VALOR GLOBAL DO LOTE					

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
05	CAPACETE DE SEGURANÇA PARA TRABALHO EM ALTURA	UN	05		
06	CHAPÉU DE PALHA	PÇ	30		
07	CINTA ERGONOMICA COM SUSPENSÓRIO	UN	10		
08	CONE DE SEGURANÇA (PARA SINALIZAÇÃO) COM NBR	UN	40		
09	BOTA DE SEGURANÇA - CANO LONGO - EM PVC - BRANCA	PR	10		
10	BOTA DE SEGURANÇA - CANO LONGO - EM PVC - PRETA	PR	20		
11	AVENTAL IMPERMEAVEL	PÇ	20		
12	FITA ZEBRADA - LARANJA E BRANCA	RL	50		
13	JOELHEIRA DE PROTEÇÃO	PR	20		
14	LUVA DE PVC CANO LONGO	PR	200		
VALOR GLOBAL DO LOTE					

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	AVENTAL DE RASPA	PÇ	40		
16	LUVA EM VAQUETA - TIPO PETROLEIRO	PR	100		
17	LUVA EM VAQUETA COM PUNHO EM RASPA P/ SERRALHEIRO	PR	50		
18	LUVA TRICOTADA COM BANHO NITRILICO	PR	1500		
VALOR GLOBAL DO LOTE					

LOTE 04

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
19	BOTA DE SEGURANÇA - EM PVC-BRANCA	PR	03		
20	CREME BLOQUEADOR SOLAR FPS 58/60 - FRASCO DE 120ML	FR	100		
21	BONE DE SEGURANÇA TIPO TOUCA ARABE	UN	50		
22	MASCARA CIRURGICA DESCARTAVAEEL PCT - 50 UNIDADES	PC	20		
23	CANELEIRA CORTE DE CANA	PR	100		
24	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA 15dB	UN	15		
25	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA 23dB	UN	15		
26	PROTETOR FACIAL EM ACRÍLICO	UN	30		
27	REPOSITOR HIDROELETROLÍTICO	UN	1500		
28	RESPIRADOR REUTILIZÁVEL SEMI FACIAL	UN	15		
29	TOUCA DESCARTAVEL	CX	05		
30	CONJUNTO DE BATA E CALÇA COM BOTA ACOPLADA	UN	05		
31	VESTIMENTA DE SEGURANÇA-TIPO CONJUNTO - HERBICIDA	PÇ	30		
VALOR GLOBAL DO LOTE					

LOTE 05

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
32	LUVA TRICOTADA COM POLIURETANO	PR	30		
33	LUVA DE SEGURANÇA CONTRA AGENTES CORTANTES E PERFURANTES	PR	100		
34	LUVA DE PROCEDIMENTO	CX	100		
35	LUVA DE MALHA COM PALMA PIGMENTADA	PR	2000		
				VALOR GLOBAL DO LOTE	

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO:

3.1. A Fornecedora Beneficiária deverá realizar o fornecimento em conformidade com as especificações do Pregão Eletrônico nº ___/2026 – Processo nº ___/2026.

3.2 A execução dos serviços/produtos será conforme necessidade, por meio de solicitação formal pelo fiscal de contrato, sr. Reginaldo de Souza.

3.3 Constatada qualquer irregularidade, a empresa se obrigará a substituí-lo no prazo de 05 dias úteis da comunicação da recusa sob pena de sujeitar-se, não apenas à aplicação das multas e demais penalidades previstas neste Edital, mas também às sanções constantes do Código de Defesa do Consumidor e demais legislações do gênero cabíveis na espécie;

3.4. O Prazo de que trata o Item 3.2 somente poderá ser alterado com expressa autorização do Daep, por meio do fiscal do contrato e desde que haja justificativa, por escrito, feita pelo fornecedor beneficiário, exclusivamente pela ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado e aceito pelo Daep.

3.4.1. Caso seja aceita a alteração do prazo de entrega do objeto, a mesma somente será considerada para isentar de aplicação de penalidades e não terá valor para cálculo de reajuste, que deverá reportar-se sempre ao prazo originalmente previsto.

3.4.2 Na contagem dos prazos, quando não houver critério expressamente previsto em lei, excluir-se-á o dia de início e computar-se-á o do vencimento, salvo se nesse dia não houver expediente, caso em que ficará o prazo prorrogado até o primeiro dia útil subsequente.

3.5. Os serviços que estiverem em desacordo com a proposta apresentadas não serão

aceitos pelo Daep.

3.6. O quantitativo total expresso nesta Ata é estimado e representa a previsão da área requisitante, pelo prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços.

3.7. O preço registrado para cada item e a indicação dos respectivos fornecedores será divulgado no site oficial do DAEP e ficarão disponibilizados durante a vigência desta Ata.

3.8 A existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga o DAEP a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.9. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo Órgão Gerenciador do registro de preços, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no Art. 95, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.9.1 O instrumento contratual de que trata a cláusula 3.9 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.9.2 Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

4. DO ÓRGÃO GERENCIADOR, ÓRGÃOS PARTICIPANTES E ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES:

4.1. O Órgão Gerenciador da presente Ata é o identificado em seu preâmbulo.

4.2. Não há outros Órgãos participantes no presente Registro de Preços.

5. DA RELAÇÃO DAS EMPRESAS BENEFICIÁRIAS DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Em decorrência das propostas e lances apresentados e homologados no certame licitatório, ficam registrados os preços unitários e os respectivos fornecedores classificados:

6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

6.1. O prazo de vigência da presente Ata será de 1 (um) ano, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.



7. DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento somente será efetuado após recebimento do material, mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, com a informação dos dados bancários e chave pix no corpo da referida nota, no serviço de compras ou pelo e-mail compras3@daep.com.br, e será efetuado em 05 dias úteis, após conferência e liberação pelo fiscal da contratação.

7.2. No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à Contratada para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

7.3. O proponente vencedor deverá emitir nota fiscal eletrônica, conforme Portaria CAT nº 162 de 29/12/2008.

7.3.1. As notas fiscais eletrônicas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 5 (cinco) dias úteis após a data de sua apresentação válida.

7.4. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente da contratada na qual a mesma deverá informar em sua proposta os dados bancários e a chave pix.

7.5. Sobre os pagamentos eventualmente devidos poderão incidir as retenções tributárias previstas na legislação aplicável, especialmente aquelas relativas ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF e à retenção previdenciária de INSS, quando cabível, observadas as disposições da Instrução Normativa RFB nº 2.053/2021, da legislação correlata e da natureza do objeto contratado.

7.6. Poderão incidir retenções referentes ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, quando aplicável à natureza da contratação, observadas as disposições da Lei Municipal nº 777/1998 e suas alterações.

7.7. Caso a Contratada seja optante de algum regime especial de tributação, contando com incentivos fiscais de natureza tributária, bastará à apresentação anual de certificado neste sentido, e desde que emitido no correspondente exercício, que será ela, no que tange àquele ano de comprovação da opção, dispensada dos recolhimentos, na forma de retenção, constantes dos itens 7.5 e 7.6 ou ainda de ambos, se retratarem a violação simultânea às normas que fixaram o incentivo.

7.8. Poderá haver retenções do Imposto de Renda (IR), se for o caso, conforme IN RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN RFB nº 2.145/2023, para fins de IRRF nas contratações de bens e na prestação de serviços realizadas pelo Município de Penápolis/SP.



7.8.1. A Contratada deverá observar as regras da IN RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN RFB Nº 2.145/, em todos os documentos fiscais emitidos para o Município de Penápolis/SP, inclusive quanto ao correto destaque do valor de IR a ser retido.

7.8.2. Pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES Nacional não estarão sujeitas à retenção de IR.

7.9 Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da Contratada, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró-rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

8. DO REAJUSTAMENTO, REVISÃO, SUPRESSÕES E ACRÉSCIMOS:

8.1. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

II - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - pelo índice acumulado da variação do INPC/IBGE do período ou outro índice que vier a substituí-lo, após 01 (um) ano da data-base fixada nesta Ata, que será a data do orçamento estimativo ___/___/2026, conforme § 7º do artigo 25 da Lei 14.133/2021, no caso de prorrogação da ATA.

8.2. A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os fornecedores registrados para estabelecer o novo valor.

8.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

8.3. O pedido de revisão de preços será processado e julgado pelo Órgão Gerenciador.



9. RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS

9.1. Para atender as despesas oriundas desta aquisição serão utilizados recursos da dotação orçamentária Ficha: 5 - 030100.1751200512.051 - 33.90.30.00 - Fonte: 4 - Recursos Próprios da Administração Indireta.

10. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:

10.1 A Gestão deste fornecimento será realizada pelo(a) Ser(a). Giuliana Lacial Pinheiro de Freitas, designado(a) pela Portaria 182/2025 de 15/10/2025.

10.1.2 O acompanhamento e a fiscalização serão exercidos por meio do Sr. Reginaldo de Souza, Técnico de Segurança do DAEP, ao qual compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução dos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

10.1.3. A fiscalização de que trata o item acima não exclui nem reduz a responsabilidade da Fornecedora Beneficiária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.2. O Fiscal e Gestor de contratos contarão com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, sempre que entender necessário.

10.2.1. O apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno restringir-se-á às questões formais em que pairar dúvida fundamentada do Fiscal ou Gestor de contratos.

10.3. O objeto desta Ata será recebido:

a) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da Fornecedora Beneficiária de término da execução;



b) definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

10.4 Constatadas irregularidades, o Daep poderá:

Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

Na hipótese de substituição a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do contratante, no prazo máximo de 05 dias úteis, contados da notificação por escrito, mantendo o preço inicialmente contratado;

Se disser respeito a diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

Na hipótese de complementação, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do contratante, no prazo máximo de 05 dias, contados da notificação por escrito, mantendo o preço inicialmente contratado.

10.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei.

11. OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA BENEFICIÁRIA

11.1 Apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias corridos após a assinatura da ATA, se necessário, quaisquer documentos solicitados pelo pregoeiro.

11.2 Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

11.2.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

11.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.2.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao DAEP ou a terceiros em razão da execução da Ata de Registro de Preços;

11.2.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da Ata de Registro de Preços em que se verificarem vícios, defeitos ou

80



incorrekções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

11.2.5. Comunicar ao Órgão Gerenciador, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.2.6. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

12.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.2.3. Comunicar à Fornecedora Beneficiária, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Fornecedora Beneficiária, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.2.5. Efetuar o pagamento à Fornecedora Beneficiária no valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3. O DAEP não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Fornecedora Beneficiária com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Fornecedora Beneficiária, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DO CANCELAMENTO:

13.1. A Fornecedora Beneficiária terá seu Registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;
- b) Não assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



c) Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente desta ata, na hipótese de se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, será formalizado por despacho fundamentado.

13.3. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento desta Ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor, conforme previsto no Decreto nº 7.892/2013, ou outro que o substitua.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

a) Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

g) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

h) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

i) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

j) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

k) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.



14.2 O atraso injustificado no fornecimento do objeto ensejará multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato ou instrumento equivalente, que será deduzida dos pagamentos que lhe forem devidos, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, conforme determina o Art. nº 162, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.3 A inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções administrativas, nos termos do Art. nº 156, da Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 1,0% (um por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, podendo ser aplicado o Art. nº 156, § 8º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Penápolis/SP, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do Art. nº 156 da Lei Federal nº 14.133/2021

14.4 As sanções previstas no subitem 14.3, desta cláusula, poderão ser aplicadas depois de facultado o exercício da prévia e ampla defesa da empresa CONTRATADA e infratora, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as disposições pertinentes do artigo 156, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. DAS RESPONSABILIDADES:

15.1. Todas as obrigações tributárias, fiscais, previdenciárias e/ou sociais resultantes do fornecimento, objeto deste Contrato, bem como os danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Contratante e/ou a terceiros em decorrência de sua culpa ou dolo, serão de inteira responsabilidade da Contratada, até o término deste Contrato.

15.2. A Contratada deverá manter, durante a vigência dos contratos resultantes desta ATA, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

15.2.1 Para a execução dos contratos resultantes desta ATA, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer

a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma”.

16. DO SIGILO E DA PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018

16.1. A Fornecedora Beneficiária, além de guardarem sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, se comprometem a adotar as melhores práticas para respeitar a legislação vigente e/ou que venha entrar em vigor sobre proteção de dados.

16.2. As partes se obrigam a realizar o tratamento de dados pessoais de acordo com as disposições legais vigentes, bem como nos moldes da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis, utilizando-se de tais dados tão somente para os fins necessários à consecução do objeto deste Contrato, ou nos limites do consentimento expressamente manifestado por escrito por seus respectivos titulares.

16.3. A Fornecedora Beneficiária e o Daep se responsabilizam, única e exclusivamente, acerca da utilização dos dados obtidos por meio do presente contrato, sendo terminantemente vedada a utilização de tais informações para fins diversos daqueles relativos ao objeto do contrato, bem como outros fins ilícitos, ou que, de qualquer forma, atentem contra a moral e os bons costumes.

16.4. O Daep não será, em qualquer hipótese, responsabilizado pelo uso indevido por parte da A Fornecedora Beneficiária e/ou terceiros, com relação a dados armazenados em seus softwares e bancos de dados.

16.5. A Fornecedora Beneficiária não poderá utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços ao Daep, não podendo, nomeadamente, transmiti-los a terceiros.

16.6. O Daep não compartilhará nenhum dado das pessoas naturais, salvo as hipóteses expressas da Lei nº 13.709/2018 que permitem o compartilhamento sem consentimento do titular.



16.7. O dever de sigilo e de confidencialidade e as restantes obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor MESMO APÓS O TÉRMINO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA.

17. DA PUBLICAÇÃO:

17.1. O Órgão Gerenciador se compromete a publicar o extrato da presente Ata, nos termos da legislação pertinente.

18. DO FORO

18.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Penápolis, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Penápolis, de de 2026.

Carlos Alberto Bachiega

Presidente do DAEP

Testemunha

Jurídico

Nome:

RG:

Danilo Suniga Nogueira

OAB/SP: 310.925

